

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE ITALIANA EM BELO HORIZONTE: ASSOCIATIVISMO E IMPRENSA (1897-1937)

Daniel Gonçalves Cavalieri-UFOP*

RESUMO: No presente trabalho pretende-se analisar a importância das associações, sociedades, escolas étnicas e a imprensa na formação da comunidade italiana em Belo Horizonte. Trabalha-se a criação e promulgação dos laços identitários dentro da comunidade e como esses laços foram importantes para a sobrevivência do italiano distante de sua pátria-mãe. Abordamos o fascismo e sua política de engendrar no italiano e ítalo-descendente um sentimento nacional até então indefinido. Por fim, mostramos como o Estado Novo e a sua campanha de nacionalização contribuíram de forma incisiva para uma “desestruturação” na comunidade italiana belo-horizontina através de uma dura perseguição aos imigrantes italianos e ítalo-descendentes.

Palavras-chave: associativismo, imprensa, Belo Horizonte, italianidade, fascismo

De acordo com Bertonha (2005), em 1861, um grande passo havia sido dado e a Itália se tornava um Estado unificado, embora os caracteres fundamentais, perceptíveis na sociedade italiana, era ainda a separação entre as várias regiões: a cidade e o campo e as elites e o povo. Após a unificação, apenas 2,5% da população falava o italiano, o restante apenas usava o dialeto, independente da ocasião. Era mais correto falar em “várias Itálias” do que apenas em uma. Muitos imigrantes não se viam como italianos, e sim como vênéticos, calabreses, lombardos ou sicilianos, atrapalhando assim a comunicação entre eles, devido ao grande número de preconceitos regionalistas, bem como as barreiras lingüísticas e culturais. Isso dificultava e muito a formação de uma comunidade italiana no exterior, não só em Belo Horizonte, como em várias cidades e países. A própria frase do piemontês Massimo d’Azeglio (1792-1866) exemplifica essa situação ao afirmar que “Fizemos a Itália, agora precisamos fazer os italianos” (BERTONHA, 2005, p. 56). Essa tarefa coube ao Estado italiano nos anos seguintes a 1861. Era necessário forjar uma identidade nacional, onde todos compactuariam de uma mesma língua, cultura e história.

Contrapondo Bertonha, que apresenta em suas obras algumas preocupações do governo italiano em relações aos emigrados, Ângelo Trento (1989), afirma, categoricamente que os governos pós-unificação não forneciam meios de defesa aos seus “filhos” emigrados, a não ser no momento de usarem estes como mercadorias de troca, obtendo assim vantagens

* Mestrando em História. Bolsista REUNI.

comerciais, ou seja, gastava-se pouco com os emigrantes e esperava que estes lhes poupassem de qualquer aborrecimento e despesas. Franco Cenni (1975) mostra que a ação do governo italiano se limitava apenas ao Mediterrâneo, ou seja, nunca demonstrando interesse para a difusão da cultura italiana nos países da América.

O Novo Estado italiano, a partir de 1861, iniciou um processo de privilegiar as indústrias, e, em contrapartida, deixar de combater os latifúndios do sul da Itália, ganhando então o apoio político dos grandes proprietários de terras. Esse processo de industrialização fez com que milhões de pequenos proprietários de terras falissem e não enxergassem outro meio que não o da emigração. Aliado a este processo, Bertonha (2005) afirma que o principal fator da grande demanda dos italianos para o Brasil foi a abolição da escravatura. Antes mesmo da abolição, nas décadas de 1860 e 1870, já vinha sendo colocada em pauta no Brasil a questão da substituição da mão-de-obra escrava por uma que se adaptasse ao clima e ao país. Ao mesmo tempo, surgia no país o ideário de branqueamento da população. Acreditava-se que o europeu seria uma solução para “civilizar” o país, já que era tido como uma “raça superior” e poderia, então, resolver os problemas impostos por uma região ainda considerada “bárbara” sob diversos aspectos. Neste contexto, os italianos, tidos pelos brasileiros como exímios trabalhadores, tornaram-se os imigrantes que mais se adaptaram ao Brasil e também a corrente imigratória de maior expressão.

Em Minas Gerais, dentre todas as correntes imigratórias, a italiana foi a de maior peso. Esse imigrante era não só útil como mão-de-obra, mas também como elemento colonizador. Esses “trabalhadores livres” vieram para substituir gradualmente a mão-de-obra escrava. Contudo, antes da abolição, principalmente em Minas, acreditava-se ainda que o escravo era o único capaz de adaptar-se a lavoura de café. Nesse período, poucos eram os fazendeiros que utilizavam trabalhadores estrangeiros. A maioria dos que investiam na utilização dessa mão-de-obra pertencia ao Estado de São Paulo. Em Minas ainda perdurava uma numerosa escravaria nas áreas cafeeiras. Enquanto que em São Paulo, a partir da segunda metade do século XIX, adotava-se o sistema de parceria, buscando a substituição do escravo pelo imigrante. Em Minas Gerais adotava-se a visão política do governo imperial, ou seja, utilizava-se do imigrante como ponto fundamental no povoamento de seu solo, através da criação dos chamados núcleos coloniais (MONTEIRO, 1973, p. 8-14).

A lei de 17 de dezembro de 1893, promulgada pelo Congresso Mineiro, estabeleceu a mudança da capital Mineira de Ouro Preto para a futura Belo Horizonte (Curral Del Rei), com o prazo máximo de quatro anos para edificação e a mudança. Marcava-se, então, em 1894, o

início das obras de construção da capital, perdurando até sua inauguração em 12 de dezembro de 1897. A capital acabou recebendo durante estes três anos um grande contingente de pessoas, apesar de não estar preparada para lhes proporcionar abrigo e alimentação adequados (BARRETO, 1995, p. 23-78).

Alguns imigrantes italianos estabeleceram-se na futura capital, quando a mesma era apenas um projeto. Porém, a maior parte destes imigrantes chegou para edificação e desenvolvimento de Belo Horizonte:

Por carência de mão-de-obra, agentes do governo mineiro passam a trazer da vizinha “província” capixaba um sem número de artífices, calceteiros, pintores, serralheiros, carpinteiros e lato sensu, trabalhadores braçais italianos, que aqui vêm se fixar para tocar a obra monumental (BIASUTTI, 2003, p. 79).

Embora o Espírito Santo seja de grande importância no envio de imigrantes, muitos chegam a “Belo Horizonte” vindos de cidades do interior de Minas, além é claro, dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em anos posteriores à inauguração da capital, muitos italianos mudaram para Belo Horizonte devido ao grande número de solicitações por parte de seus familiares. Era muito comum que os italianos estabelecidos no Brasil solicitassem a vinda de seus parentes.

Os italianos também traziam grande experiência industrial nos setores de alimentação e construção. Sem exageros, podemos dizer que a industrialização de Belo Horizonte foi devida, em sua grande parte, aos italianos e seus descendentes. Antes mesmo da inauguração da capital, já se via pequenas empresas fundadas por eles, onde fabricava-se produtos e artigos necessários a toda população. Os italianos contribuíram e muito à industrialização pelo seu conhecimento em novas técnicas, nos diversos setores, que se diferenciavam das utilizadas em Minas Gerais. Esses empreendimentos de italianos eram, em sua extensa maioria, familiares, ou seja, os sócios de determinada empresa eram membros de uma mesma família. Uma união não restrita apenas ao lar, como também ao campo de trabalho (GONTIJO, 1998, p. 15-22). Isso nos mostra que “nada identifica mais os italianos do que a importância que atribuem à família” (BERTONHA, 2005, p. 254), não obstante, a família é vista ainda, na cultura italiana, como o principal centro da vida social e da própria identidade do indivíduo.

Para os italianos que já estavam instalados no Brasil, a vinda para “Belo Horizonte” não significou estranheza no que diz respeito a língua portuguesa. Já os muitos outros imigrantes que partiram da Itália com passagens pagas pelo Governo Mineiro, enfrentaram

grandes dificuldades, relacionadas não só a língua portuguesa, como também à adaptação aos costumes, entre outros. O imigrante, apesar de ser admitido no Brasil por ser branco, acabava sofrendo grande discriminação e sendo taxado, no início, como inferior pelo tipo de trabalho que costumava realizar, ou seja, o braçal (OLIVEIRA, 2006, p. 10).

Os italianos percebendo que o novo país ao qual tinham se instalado não os acolhera de forma hospitaleira ficaram preocupados com a sobrevivência em meio a uma cultura adversa. Nem todos os italianos optaram por viverem afastados em sua comunidade, mas a grande maioria preferiu manter “distância” da população brasileira, pelo medo desta influenciar em sua “cultura”. Além disso, existia o problema do regionalismo, pois os imigrantes que se mudaram para trabalharem na edificação de Belo Horizonte emigraram antes mesmo de se tornarem “italianos”. Para muitos destes só existiam suas aldeias, no máximo, suas províncias. Existia uma relação entre a comunidade brasileira e a comunidade italiana, pois como muitos italianos e ítalo-descendentes possuíam comércios em várias áreas, era inevitável que uma relação não fosse estabelecida. Porém, o distanciamento de culturas ainda permanecia bastante rígido, e o fascismo foi novamente incisivo nesse processo, apresentando ao italiano que ele era o “maior” povo do mundo (BERTONHA, 2005, p. 113-114).

Foi somente trabalhando lado a lado na construção da capital, que os imigrantes criaram vínculos identitários, “quebrando” assim as barreiras do regionalismo. Bertonha afirma que:

a convivência forçada de italianos das mais diversas origens e regiões na vida em seu novo país, a discriminação comum e a tendência das sociedades hospedeiras a vê-los e trata-los todos como “italianos” ampliara seus interesses e a identidade comum, de “italianos”, em um período da história italiana em que essa identidade ainda não estava consolidada na própria Itália (*Ibidem*, p. 113-114).

A primeira forma de associação entre os italianos se deu através da fundação, em 1897, da *Società Italiana de Assistenza*. Ali eles partilhavam sua cultura regionalista, buscando formar um vínculo nacional e fortalecer a italianidade¹. Além das diversas outras associações e sociedades que foram criadas posteriormente a *Società Italiana de Assistenza*, outra forma de integrar a comunidade foi a imprensa. Os periódicos produzidos pela e para comunidade italiana em Belo Horizonte, serviam para aglutinar a diversidade cultural dos italianos, provindos de diversas regiões. As escolas criadas pela comunidade italiana, também

foram de grande importância a respeito da formação dos vínculos identitários, através do ensinamento da língua italiana, e, principalmente, dos preceitos fascistas a partir de 1922.

Em 23 de março de 1919 “surgiu” na Itália o fascismo, fundado oficialmente por Benito Mussolini, propondo uma renovação completa da sociedade italiana por meio da reforma do Estado e do próprio homem italiano. A nação seria colocada sempre em primeiro plano, significando assim uma educação fundamentalmente militar e nacionalista para todos, além da expansão imperialista italiana no exterior. Era uma política tida como nova opção na tentativa de resolver os problemas do país arruinado na Primeira Guerra Mundial. O fascismo teve como seus adeptos: os nacionalistas, sindicalistas, revolucionários e intelectuais. Beneficiou-se da grande agitação política e social na Itália entre 1919 e 1922. A Itália que nesse período foi varrida por uma grande quantidade de greves e movimentos sociais. (*Ibidem*, p. 194-197).

Logo que Mussolini tomou o poder na famosa “Marcha sobre Roma”, o regime fascista começou a dar os seus primeiros passos recuperando assim a “antiga idéia de criar uma Itália no exterior via emigração (ainda que sob um novo enfoque) e o seu objetivo de expandir as fronteiras econômicas e culturais italianas através da mesma” (BERTONHA, 1997, p. 109). O governo do *Duce* (Mussolini) começava a ver no Brasil um ótimo terreno para findar seus objetivos econômicos, políticos e culturais. Durante toda década de 1920, pensadores italianos defendiam que a expansão italiana pelo mundo deveria ocorrer pela via econômica e cultural. O Brasil, especialmente São Paulo, seria o lugar privilegiado, onde se criaria uma grande “nação” ligada culturalmente à Itália e um mercado que absorveria os produtos italianos e fornecesse matérias primas, alimentos e minérios. (*Ibidem*, p. 109)

A comunidade italiana que já estava instalada no país seria a principal peça que geraria o mercado para os produtos italianos e criaria a influência cultural, ou seja, uma relação mútua e harmoniosa entre os dois países. Para Mancini, “era fundamental a conservação dos laços da coletividade italiana com a Pátria mãe e a preservação do sentimento de italianidade entre as novas gerações” (*Apud Ibidem*, p. 110), mostrando assim que o governo italiano procurava reativar os laços de suas coletividades na América Latina com a Itália. As associações seriam de grande importância para situar a colônia em torno das diretrizes e interesses fascistas. Então o que se viu nesse primeiro momento, foram as relações ítalo-brasileiras centrarem basicamente nas questões da imigração e relacionamento, já que as verdadeiras raízes expansionista do fascismo ainda estavam amadurecendo (BERTONHA, 1997, p. 109-110).

Nos anos 30, o regime fascista começou a aprofundar suas tendências imperialistas e totalitárias, buscando a criação de um verdadeiro “Império italiano” pelo mundo. O Brasil, nesse contexto, é visto como um país a ser “dominado” ideologicamente. Dentre as principais pretensões fascistas estavam: o combate aos grupos antifascistas italianos locais, a ampliação da influência política, econômica e cultura da Itália na região e a busca de apoio ao regime. Cabe salientar que o interesse italiano pelo Brasil se deu em um momento de queda das relações econômicas entre os dois países, revelando que o sonho fascista da construção de um novo império se daria pela dominação da política brasileira. O surgimento no Brasil da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo que pregava os ideais fascistas, abria um novo canal para que a influência italiana pudesse ser transmitida no país (*Ibidem*, p. 111-114).

Em sua obra intitulada *Filosofia do direito*, Hegel afirma que o Estado soberano, no nosso caso o Estado fascista, apesar de estar baseado em uma “condição de alienação radical, transcendeu-a ao conferir aos povos organizados em comunidades políticas uma esfera superior de vida ética, personalidade história e ação coletiva” (*Apud* BALAKRISHNAM, 2000, p. 213).

O fascismo buscou de todas as formas “forjar” uma identidade nacional, algo que não vinha sendo realizado, de forma contundente, pelo governo pós-unificação. “A identidade nacional é o resultado de um trabalho histórico e culturalmente dotado de homogeneização cultural, que visa tornar idênticos os indivíduos” (DÉLOYE, 2002, p. 99). E foi isso que o fascismo fez, ou seja, engendrou um sentimento de pertencimento nos italianos, lutando para que os vínculos regionais fossem abolidos em prol da formação de um “único povo”, onde esse amasse acima de tudo a sua pátria.

A pátria é “uma associação de homens unidos não pela comunidade de raça e da linguagem, mas pela comunidade de certos sentimentos, de certas idéias, e de certas voluntés” (*Ibidem*, p. 103). Para o historiador Fustel de Coulanges ela é “uma maneira de sentir e de experimentar, de sofrer, de estar junto, de amar. Uma mesma forma de se comportar, se conduzir, de agir e de reagir, de amar a pátria” (*Apud* HAROCHE, 2002, p. 86).

Foi evocando o passado que Mussolini trouxe ao povo italiano a “visão” grandiosa de sua nação. O *Duce* conseguiu engendrar nos italianos que a Itália tinha raízes no glorioso Império Romano, mostrando a eles quem era o maior povo do mundo. “Um povo é antes de mais nada um conjunto de homens que se olha como um povo” (HAROCHE, 2002, p. 85). O que Mussolini fez foi o que Temístocles (2004) disse, ou seja, ressuscitar o passado de uma forma positiva convertendo esse em uma lembrança de glória. Em sua obra, *O corpo da*

pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912), Magnoli utiliza-se de Foucher para dizer que:

Em termos de legitimidade, o passado é tanto melhor quanto mais remoto. A perfeição consiste em ancorar a nação na própria natureza, fazendo-a anterior aos homens e à história. Por meio de uma operação assim, as justificativas cruzam o limite do sagrado e tornam-se invulneráveis às querelas simplesmente humanas, funcionando como sustentáculo das exaltações nacionais mais desenfreadas (*Apud* MAGNOLI, 1997, p. 17).

Em 1900, com a fundação do primeiro jornal italiano em Belo Horizonte, *Un Fiore*, a comunidade italiana dava seus primeiros passos na formação dos laços identitários. Os jornais serviram como cerne no processo de integração dos italianos em torno de uma comunidade. Foram estes periódicos um dos primeiros meios a veicular as notícias vindas da Itália. Na primeira década do século XX, os jornais detinham um grande caráter unificador, buscando, através de suas páginas, unir todo povo italiano, e minar os vínculos regionalistas. Os periódicos foram muito importantes para o fortalecimento dos laços identitários.

Engajando-se nas discussões de Angelo Trento, a respeito da importância da imprensa italiana no Brasil, há de se frisar que esse instrumento “foi de fundamental importância para manter vivo o conceito de italianidade e os laços com a mãe-pátria, sobretudo levando em consideração o raquitismo associativo” (TRENTO, 1989, p. 177).

Na coleção Linhares, organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), existem treze jornais dedicados à comunidade italiana em Belo Horizonte, são eles: *Un Fiore* (1900), *Il Martelo* (1902), *La Voce Del Cuore* (1902), *L'eco Del Popolo* (1905), *Roma* (1910), *Fieramosca* (1916 á 1921), *Araldo Italiano* (1923), *La Voce Coloniale* (1924), *La Squilla* (1926), *Voce Latina* (1926-1927), *Itália Nuova* (1928), *Itália* (1936) e *L'arrotino Coloniale* (1937).

A respeito da Imprensa italiana em Belo Horizonte, podemos afirmar que ela era totalmente adversa a imprensa de massas, pois estava vinculada, exclusivamente a comunidade italiana letrada. Angelo Trento nos mostra que:

Apesar do elevado número de italianos no Brasil, em sua grande maioria tratava-se de analfabetos ou semi-analfabetos, e, de qualquer modo, de pessoas cujo horário de trabalho ou cujos compromissos eram tão pesados que não lhes permitiam qualquer tipo de aproximação com os jornais, tanto em língua italiana quanto em português (*Ibidem*, 1989, p. 184).

De 1908 a 1927, de acordo com o relatório da secretaria de agricultura do Estado de São Paulo, 28,72% dos imigrantes italianos que entraram no Brasil eram analfabetos (CENNI, 1975, p. 256).

Outra análise interessante desses periódicos, de acordo com Nelma Costa (2006), diz respeito a falta de recursos dessa “pequena” imprensa, onde a maioria dos periódicos não passava de um ano de publicação. Muitas “morriam” nas terceiras ou quintas edições. O único periódico que se firmou por 6 cinco anos foi *Fieramosca*, todos os outros não passaram de um ano de existência. Costa afirma que esses jornais tratavam muito a respeito dos laços identitários, incitando os italianos a se unirem em torno de associações e sociedades, onde poderiam se sentir como parte da comunidade italiana. Publicavam, além das notícias sobre a Itália, notícias de festas nas associações e comemorações importantes do “calendário italiano” em Belo Horizonte. Os periódicos continham também: “fatinhos, curiosidades, folhetins (produção tanto italiana quanto de intelectuais imigrados no Brasil), propaganda de firmas e lojas (de compatriotas, na maioria das vezes)” (TRENTO, 1989. p. 186). Estas propagandas eram a principal fonte de financiamento dos periódicos. Existia também uma pequena abertura desses jornais italianos para “comunidade brasileira”, com a publicação de notícias em português.

Durante o regime fascista, essa imprensa tornou-se um instrumento a serviço da Itália. As notícias deviam servir como um instrumento único de desenvolvimento e moldagem da consciência nacional: “A imprensa italiana tornou-se o mais importante canal pelo qual o regime transmitia às massas as linhas de sua política interna” (CAPELATO, 1999, p. 173-174). Em Belo Horizonte não foi diferente, através dos periódicos *La Squilla* (1926) e *Itália Nuova* (1928), os preceitos fascistas foram introjetados em grande parte da comunidade italiana.

Essa imprensa italiana no exterior demonstrou sempre um enorme apreço pelas instituições, buscando sempre difundir o conhecimento e também o amor à nova terra, constituindo-se, muitas das vezes, em um elemento crucial para a solução de situações delicadas (CENNI, 1975, p. 277).

A luta pela italianidade levava a uma organização comunitária que incluía a “escola italiana”, além de inúmeras associações beneficentes e recreativas. A imprensa, citada anteriormente, auxiliou também na construção de uma identidade grupal associada à “nação italiana” (SEYFERTH, 1999, p. 81)

Para Franco Cenni (1975), as origens das associações e sociedades italianas que surgiram no Brasil seguiam, quase sempre, um mesmo padrão:

Certo dia um emigrado, ou um pequeno numero deles, resolve convocar uma assembléia mais ou menos numerosa, são estabelecidas as linhas gerais de ação, quase sempre assistencial ou recreativa, é escolhido um nome e trata-se de juntar dinheiro para realizar aquilo que sempre constituiu a principal aspiração destes grêmios: a sede própria. Sedes próprias de sociedades italianas existiram nas cidades mais importantes e em lugarejos quase desconhecidos onde, com o mesmo amor, eram guardados, ao lado de grandes oleografias que representavam o rei, a rainha ou os príncipes, os estandartes tricolores (CENNI, 1975, p. 247)

Angelo Trento (1898) afirma que as sociedades italianas que surgiram no Brasil, mesmo sendo em um número bastante considerável, em geral, tiveram uma curta duração, e, sobretudo, contaram com um número de sócios bastante reduzido. Apesar das associações e sociedades italianas em Belo Horizonte não serem formadas apenas por membros de uma única região da Itália, é sabido que elas eram constituídas basicamente pela elite italiana da capital. É provável que, alguns italianos mais desprovidos tivessem acesso as mesmas, porém em escala bastante reduzida, até porque muitas dessas instituições sobreviviam das doações de seus sócios. Toda análise a seguir foi feita baseada na documentação² do DOPS³, onde estão os estatutos das associações, sociedades e escolas étnicas.

A primeira forma de associação dos italianos de Belo Horizonte foi a *Società Italiana de Assistenza*, fundada em 1897. Essa instituição tinha como base a moral e o progresso. Seus fins se pautavam no mutuo socorro, na instrução e na educação intelectual e moral, além da recreação. Somente podiam ser sócios dessa sociedade os italianos e ítalo-descendentes, desde que estes falassem o idioma pátrio. Essa sociedade apresentava-se apolítica e dava plena liberdade aos seus componentes de professarem suas crenças religiosas e filosóficas, além de seus ideários políticos. A associação foi mantida pelos próprios sócios e prestava serviço de assistência médica para os mesmos.

A mais importante sociedade italiana, não só em Belo Horizonte, como em todo Brasil, era a *Casa d'Italia*. Essa instituição tinha como finalidade fortalecer o espírito de italianidade dos seus associados e, em geral, dos italianos que vivem fora da pátria. A *Casa d'Italia* tinha como cerne aproximar todas as sociedades e instituições italianas, ou de fins de italianidade, existentes ou que viessem a existir em Belo Horizonte, prestigiar as autoridades italianas, respeitar as leis brasileiras, estabelecer e fortalecer o espírito de italianidade e desenvolver a instrução, os esportes e a assistência aos seus sócios. Tinha como sócios fundadores outras instituições, tais como a *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*, a *Società*

Italiana di Assistenza, a *Associazione Nazionale Combattenti* e a *Società Italiana Dante Alighieri*. É interessante situar que todas essas associações e sociedades que permaneciam internamente na *Casa d'Italia* não aceitavam sócios brasileiros, mas somente, os italianos e ítalo-descendentes.

De acordo com o estatuto da *Opera Assistenziale Fausto Cecconi*, localizada no interior da *Casa d'Italia*, a instituição tinha por objetivo proporcionar assistência moral ou material aos cidadãos italianos, além de serviços jurídicos, no intuito de defender os direitos desses. Somente poderiam ser sócios dessa sociedade todos os cidadãos de nacionalidade italiana de boa moralidade civil, e assim como todas outras instituições, apresentava-se como apolítica. Se, por ventura, houvesse o fechamento desta, seus bens seriam todos transferidos para a *Casa d'Italia*.

A *Associazione Nazionale Combattenti*, também localizada no interior da *Casa d'Italia*, especificamente no Salão da Victoria, era uma instituição constituída por ex-combatentes italianos que propunha a conservação dos vínculos de fraternidade entre os combatentes, além é claro, do culto a pátria italiana. Defendia os valores da “nação”, a glorificação dos mortos em guerra e da sua memória. Abarcava todas as formas de assistência que poderiam ajudar os combatentes a vencer as dificuldades da vida e a cumprir os seus deveres sociais.

Além das sociedades instituídas no interior da *Casa d'Italia*, existiam outras que abriam espaço para “interação” entre a comunidade italiana e a comunidade brasileira.

De acordo com o Estatuto do *Centro Ítalo-mineiro de Cultura*, essa instituição era apolítica e tinha por objetivo central manter e desenvolver as relações culturais e de amizade existentes entre o povo mineiro e o povo italiano. O centro realizava seus fins mantendo cursos gratuitos, organizando conferências, concertos e outras manifestações. Funcionava dentro dessa instituição, o centro “Amigos da Latinidade”, que “tinha por fim específico promover o estudo e o conhecimento de tudo que se refere à civilização latina comum aos dois povos.” Obviamente, poderiam associar-se pessoas maiores de idade sem distinção de nacionalidade.

Por fim, a *Organização Nacional Desportiva*, fundada em 1º de dezembro de 1935, substituindo á antiga sociedade italiana *Opera Nazionale Dopolavoro*, se apresenta como uma instituição que apesar de ser italiana permitia a participação de pessoas de qualquer nacionalidade, tendo como objetivo promover atividades culturais, esportivas, de assistência e de instrução para os seus sócios. A sociedade constava de quatro seções: educação artística,

instrução, educação física e assistência; e firmava como uma instituição apolítica, onde fomentava a conservação dos vínculos de fraternidade entre seus componentes.

Além dessas associações e sociedades, outro veículo de promulgação da italianidade eram as escolas. “A escola deveria assegurar a formação escolar, mas sobretudo a educação moral do cidadão. É preciso ensinar uma moral social na qual se reforcem mutuamente a solidariedade entre as pessoas e o amor pela pátria” (BRESCIANI, 2002, p. 88). “A escola representa sempre, em qualquer latitude e em qualquer circunstância, o elemento básico para formar no indivíduo a consciência de seus deveres e responsabilidade na vida, alimentando maiores aspirações e se constituindo num elo a cimentar as coletividades” (CENNI, 1975, p. 258). De acordo com Yves Déloye:

A escola ocupa um lugar central: é ela que permite ao indivíduo-cidadão tomar consciência da “comunidade imaginária” que o une a seus concidadãos. A representação da vida social e nacional defendida nesses livros escolares é complexa: ela associa um fundamento societário a uma finalidade comunitária (DÉLOYE, 2002, p. 101).

Ela ainda afirma que a escola, esse espaço de socialização cívica, serve como ferramenta de difusão das representações dominantes da identidade nacional (*Ibidem*, p. 100).

Em Belo Horizonte, conseguimos identificar duas: a *Dante Alighiere* e a *Guglielmo Marconi*.

Em 1908, é fundada a *Sociedade Beneficente Italiana Dante Alighiere*, e em seus domínios foi estruturada uma escola, onde as turmas eram compostas por filhos de italianos e ítalo-descendentes. Todos os dias o hino italiano era cantado antes dos alunos entrarem para sala de aula. Em 1935, a escola passou a denominar-se *Grupo Escolar Benito Mussolini*. O ensino passava então a ser, de acordo com Vilma Costa, vinculado ao fascismo. “Nós eramos educados como era na Itália. Fascista, não é? A educação era fascista. Vinha o professor e a gente tinha que saudar. Tinha que levantar o braço como Mussolini fazia.”⁴ Vilma ainda coloca que todos os livros didáticos vinham da Itália, além dos professores e coordenadores. Em 1944, perto do término da Segunda Guerra Mundial, e, não podendo mais continuar com o nome do ditador italiano, o Grupo Escolar passa a se chamar *Pandiá Calógeras*, em homenagem ao grande estadista e historiador brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 21 de abril de 1870.

Outro colégio, este estruturado no interior do *Instituto Ítalo-Mineiro*, vinculado a comunidade italiana, era o *Guglielmo Marconi*. Através de seu estatuto podemos perceber que era uma sociedade de fins culturais, a qual tinha a função de propagar a cultura e a civilização

brasileira no exterior, notadamente da Itália, e, ao mesmo tempo, propagar a cultura italiana no Brasil. Além disso, desenvolvia o ensino e a propaganda de todas as artes e mantinha grêmios literários. Era uma sociedade apolítica, sendo vedada qualquer propaganda de doutrinas partidárias dentro de seu estabelecimento.

Até o ano de 1937, as associações, sociedades, escolas étnicas e a imprensa italiana no Brasil viveram um período de expansão. Porém, de acordo com Colognese (2004), a partir da publicação do Decreto-Lei nº 383, de 14.4.1938 pelo presidente Getúlio Vargas, esses meios começaram a desaparecerem. Isso porque:

O decreto alterou o sistema de registro e acompanhamento de estrangeiros no Brasil, levando ao fechamento das associações étnicas ou à sua nacionalização. Na realidade, o decreto brasileiro foi uma reação às ações nacionalistas, como as de Mussolini, que passou a encarar os imigrantes e suas associações no Brasil como importantes combatentes na defesa da Itália. Pelo decreto, os brasileiros, inclusive aqueles naturalizados e filhos de estrangeiros, foram proibidos de fazer parte de associações étnicas, como as criadas pelos imigrantes italianos. Esta medida, se não acabou imediatamente com as associações, praticamente impediu a renovação de seus quadros sociais, fadando-as ao desaparecimento. Foi um período difícil, pois, com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, as festas italianas deixaram de ser realizadas, as escolas foram nacionalizadas e o uso da língua italiana (e estrangeira em geral) ficou proibido em locais públicos. Enfim, nesse ambiente de repressão e temor, as associações étnicas vão ressurgindo lentamente e com características distintas e, após algumas décadas de incerteza, experimentam uma nova fase de grande expansão em torno dos anos 1990 (COLOGNESE, 2004, p. 47-48).

A campanha de nacionalização, imposta pelo presidente Getúlio Vargas, passou a obrigar o ensino em língua vernácula (português). Esse foi um ponto culminante para dissociação das escolas etnicamente orientadas. A partir de imposições do governo, varias escolas tiveram que encerrar suas atividades porque não cumpriram as exigências imprimidas pela lei. Das exigências, a substituição dos nomes das escolas italianas por nomes de brasileiros, a mudança nos cargos, passando a serem exclusivos de brasileiros natos, e a obrigação do ensino na língua vernácula brasileira (português) (SEYFERTH, 1999, p. 220-221).

Referências Bibliográficas

BALAKRISHNAM, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e Descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BERTONHA, João Fábio. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 04, nº02, 1997.

BIASUTTI, Luiz Carlos. LOSS, Arlindo. LOSS, Everaldo H. (orgs.). *Roteiro dos italianos e seus descendentes em Minas Gerais*. Belo Horizonte; S.N., 2003.

BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. SEIXAS, J. *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: Martins, 1975.

COLOGNESE, Silvio Antônio. *Associações étnicas de italianos*. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COSTA, Nelma. A imprensa e o cotidiano italiano em Belo Horizonte: 1900-1920. In: II seminário sobre imigração italiana em Minas Gerais. Barbacena: Ponte entre culturas, 2006. DVD. 1.

DÉLOYE, Yves. A nação entre identidade e alteridade: fragmentos da identidade nacional. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

GONTIJO, Moema Moreira. *100 anos da indústria em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FIEMG – SESI, 1998.

HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora Unesp/Moderna, 1997.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte, 1973. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEYFERTH, Giralda. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo.” In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

¹ O termo italianidade começa a ser vinculada pelo economista Piero Basseti. Esse termo carrega consigo conotações nacionalistas, se identificando assim com o Estado Italiano e a Nação Italiana. Porém seu sentido é mais amplo, já que perpassa pelo mundo antigo, ou seja, acima de tudo, na civilização jurídica e humanista criada por Roma. Esse termo também tem raízes no cadinho da cultura, religião e dos povos que deram vida a civilização greco-romana. TEIXEIRA, Rosane Siqueira. Nacionalismo-Fascismo-Italianidade. In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 2008. p. 3.

² APM/DOPS, rolo 4192.

³ O DOPS, criado em 1928, foi um importante órgão utilizado pelo Estado Novo (1937-1945), com o objetivo de controlar e reprimir os movimentos políticos e sociais contrários ao regime instituído. Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o DOPS foi responsável pela autuação dos imigrantes, por representarem um perigo à soberania da nação.

⁴ COSTA, Vilma Alves. Belo Horizonte, Brasil, 28 jan. 2007. Entrevista concebida a Adriane Aparecida Vidal Costa e Nayara Oliveira Silva.